



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 184 - Novembro 2012

NOSSA OPINIÃO

- **REDD, desmatamento e as causas do desmatamento**

COMUNIDADES E FLORESTAS AMAEAÇADAS POR REDD

- **Às comunidades: alertas sobre REDD**
O WRM elaborou uma nova cartilha chamada "10 alertas sobre REDD para comunidades". Ela pretende dar informações sobre o tema a partir de experiências concretas de diversas comunidades com projetos de REDD em todo o mundo, registradas pelo WRM.
- **Grandes ONGs em busca de REDDenção**
O apoio que grandes ONGs dão a projetos de REDD ajuda as empresas poluidoras a limpar sua imagem.
- **Indonésia: o projeto REDD "Parceria de Kalimantan sobre Florestas e Clima": pouca parceria, muitos problemas**
Artigo baseado em uma visita de campo e em conversas com integrantes de cinco das sete comunidades mais afetadas por este projeto.
- **Economia Verde no Brasil: mulheres relatam os impactos do projeto REDD da SPVS e de uma área protegida da Fundação Boticário**
Testemunhos de mulheres de comunidades afetadas por impactos de projetos de carbono e preservação florestal que hoje fazem parte da chamada economia verde.
- **Defensores dos direitos humanos ambientais questionam o REDD+ em Chiapas e na Califórnia**
Organizações sociais tentam impedir o avanço de um acordo sobre o REDD entre Chiapas e a Califórnia, denunciando o possível aumento das emissões na Califórnia, por um lado, e a concentração de terras em Chiapas, por outro.
- **REDD e Povos Indígenas na Costa Rica**
Com a implementação do REDD, o governo pretende incluir milhares de hectares de território indígena. Mesmo que na Costa Rica ainda não exista um acordo sobre REDD, o povo bribri sofre seus impactos.
- **Território disputado: novo vídeo sobre economia verde versus economias das comunidades no sul do Brasil**
Uma história dos povos da Mata Atlântica no sul do Brasil, em um território disputado onde a economia verde compete com as economias das comunidades.

POVOS EM AÇÃO

- Brasil : povos indígenas Mundukuru cancelam acordo sobre projeto de REDD
- Via Campesina: Agroecologia é a pedra angular da soberania alimentar
- Alerta às instituições financeiras: não financiem a destruição florestal causada pela transnacional APP e outros fabricantes de papel e celulose da Indonésia
- Brasil: indígenas bloqueiam ferrovia da VALE

RECOMENDADOS

- Vídeo: “Exposing REDD. The False Climate Solution.”
- Relatório: “Recognising Sacred Natural Sites and Territories in Kenya: An Analysis of how the Kenyan Constitution, National and International Laws can Support the Recognition of Sacred Natural Sites and their Community Governance Systems”
- Vídeo: Chamado à ação por parte dos líderes indígenas sarayakus
- Novo boletim: Como o REDD e os serviços ambientais ameaçam as vidas de povos da floresta no Acre

NOSSA OPINIÃO

- REDD, desmatamento e as causas do desmatamento

Fica cada vez mais evidente que os esforços de governos, ONGs, instituições e empresas, de fazer do REDD a principal estratégia para reduzir o desmatamento, não estão dando certo nos países com florestas tropicais. O desmatamento continua a todo vapor, puxado por diferentes “projetos de desenvolvimento”, como a mineração, as plantações em larga escala do dendezeiro, da soja e de outros cultivos, as hidrelétricas e obras infraestruturais para facilitar o escoamento das matérias-primas. Até mesmo o chamado “manejo florestal sustentável” acaba contribuindo com mais destruição.

Aumentam também as evidências de que os projetos de REDD promovidos em diferentes países com florestas tropicais estão causando muitos problemas para as comunidades locais, como mostram vários artigos neste boletim. Isso inclusive motivou o WRM a escrever uma cartilha para comunidades, baseada nessas experiências e chamada “10 alertas sobre REDD para comunidades”, também citada nesta edição. Um dos principais problemas apontados pelas comunidades é o das restrições que sofrem no uso que tradicionalmente fazem das florestas e no controle dos seus territórios.

É bom lembrar que muito antes de o REDD aparecer, muitas pessoas que conhecem minimamente a problemática das florestas tropicais já sabiam que a melhor forma de combater sua destruição era garantir a povos e populações que vivem nas florestas e tradicionalmente dependem delas os direitos sobre seu território e o uso da floresta. Há vários exemplos no mundo comprovando que, onde se garantem esses direitos, as florestas estão sendo mais bem conservadas.

Talvez um dos poucos aspectos positivos das negociações recentes sobre REDD em nível da Convenção de Mudança Climática da ONU – que organiza uma nova rodada este mês em Doha, Qatar -, seja o fato de que novamente há alguma discussão sobre as causas do

desmatamento. Desde que se começou a falar de REDD, uma das questões que têm mais incomodado aos povos da floresta é que países, em seus esforços para ficarem “prontos para REDD”, têm insistido em apontar esses povos como sendo os principais responsáveis do desmatamento, que seria resultado de “práticas” como a agricultura itinerante. Da mesma forma, o que têm incomodado também é que os “grandes projetos de desenvolvimento” citados acima não receberam esse mesmo tratamento, ao contrário, continuam sendo promovidos como ações importantes para o “desenvolvimento”, apesar da destruição que causam.

E mais, com REDD e as crescentes tentativas de comercializar também outros “serviços ambientais”, as grandes empresas por trás dessa destruição das florestas tropicais estão analisando a nova oportunidade de poder “compensar” suas ações destrutivas com projetos de REDD ou com outros que busquem comercializar esses “serviços ambientais”.

Mesmo que o REDD em nível internacional possa ter seus dias contados por falta de financiamento, a ansiedade das grandes empresas de “compensar” suas ações destrutivas com ações “verdes”, ou seja, de justificar o injustificável, não está com seus dias contados, ao contrário. Para essas empresas, cada vez maiores, este tipo de mecanismo é de suma importância no momento atual, em que as contradições do modelo destrutivo de exploração dos recursos naturais começam a ficar cada vez mais explícitas, por exemplo, nos efeitos das mudanças climáticas, da degradação ambiental e do desmatamento, e são mais sentidas pelas populações rurais em todo o mundo, inclusive os povos da floresta.

Acreditamos que, só com muita luta e mobilização das comunidades afetadas pelos projetos em larga escala de “desenvolvimento” e com muita solidariedade nacional e internacional, é possível garantir força suficiente para que os governos tomem finalmente medidas efetivas para reduzir o desmatamento, olhando de fato para quem está causando a destruição.

E mais do que isso, é preciso urgentemente tomar medidas contra as causas subjacentes do desmatamento, em especial, mudando estruturalmente o padrão de produção e consumo totalmente insustentável nos países mais industrializados. Isso não será alcançado apenas com atitudes individuais responsáveis, mas requer ações energéticas dos governos para reduzir o poder corporativo e o poder do grande capital em geral, inclusive e, sobretudo, do capital financeiro. Além do reconhecimento dos direitos dos povos da floresta, esse é um caminho fundamental se queremos realmente reduzir o desmatamento.

Início

COCOMUNIDADES E FLORESTAS AMEAÇADAS POR REDD

- Às comunidades: alertas sobre REDD

O WRM elaborou uma nova cartilha chamada “10 alertas sobre REDD para comunidades”. Ela pretende dar informações sobre o tema, resumindo as experiências concretas de diversas comunidades com projetos de REDD em todo o mundo, registradas pelo WRM. A seguir, um resumo desta nova publicação, de conteúdo popular.

Quase 300 milhões de pessoas em todo o mundo dependem das florestas tropicais para viver. Mas as grandes empresas, com seus negócios de exploração de madeira, petróleo,

gás e carvão, de mineração, de monocultivos agroindustriais – de árvores ou alimentos -, de pecuária industrial, de grandes represas hidrelétricas, estão saqueando e destruindo as florestas.

Em resposta ao desmatamento, os governos têm impulsionado planos como parques naturais ou áreas protegidas, que, além de não darem resultado, muitas vezes têm prejudicado ainda mais as comunidades que dependem das florestas, pois as expulsam de seus territórios. Logo a elas, para quem o desmatamento nunca foi uma prática comum, pois destruir a floresta seria como destruir sua própria casa... Cortar algumas árvores para cobrir suas necessidades básicas ou realizar agricultura itinerante em áreas que em seguida deixam regenerar não são, de modo algum, as causas do desmatamento.

Os que promovem o REDD e REDD+, apresentam este mecanismo como uma solução à mudança climática e ao desmatamento. Argumentam que o carbono liberado quando se queima uma árvore é parecido àquele liberado quando as empresas queimam, por exemplo, petróleo, que provoca mudanças no clima. E graças ao REDD, podem seguir queimando petróleo, desde que “comprem” carbono – ou seja, o direito a liberar carbono – de alguém que o esteja armazenando – por exemplo, alguém que garanta que vá manter intocado o carbono armazenado nas árvores de uma floresta.

Mas esta é uma proposta que vem de fora e impõem restrições e proibições às comunidades em suas formas de vida e de uso da floresta: às vezes, não poderão cortar nem ao menos uma árvore para fabricar uma canoa, tampouco caçar, pescar e coletar frutas, plantas medicinais e alimentos da floresta. Se alguém desobedece, tem que enfrentar a polícia ou algum segurança privado do projeto de REDD, com risco de perder a liberdade. A comunidade como um todo perde com isso. As famílias que se sentem mais isoladas, sem condições de trabalhar, começam a procurar alternativas fora da comunidade, geralmente nas cidades, vão embora da comunidade, e esta se debilita.

Isso implica a perda de formas de vida, culturas e, também, de soberania alimentar, já que não se podem cultivar mais os alimentos com a prática tradicional da agricultura itinerante. Trata-se de um controle do território, daquelas zonas onde a floresta se mantém em pé, que é aonde os promotores da REDD vão em busca de carbono, mas também é onde vivem as comunidades, gerando um conflito com elas com relação ao uso de sua floresta.

Para obter seu apoio, os promotores de REDD chegam com promessas de emprego, dinheiro e projetos sociais para a comunidade, como compensação para as perdas por não poder mais fazer uso da floresta.

Muitas vezes, a comunidade aceita o projeto de REDD pensando que assim melhorará sua vida, mas logo se depara com vários problemas. Um deles surge quando alguns integrantes da comunidade são empregados como seguranças florestais, devendo vigiar para que os outros membros não cortem árvores, não pesquem nem cacem na floresta – o REDD joga uns contra os outros. Outro problema pode surgir quando oferecem dinheiro em troca do qual a comunidade deve criar uma nova organização, com formato pré-estabelecido, para administrar os recursos – o que pode causar conflitos com sua organização tradicional.

Os projetos de REDD não têm como objetivo o bem-estar de toda a comunidade, por isso beneficiam a alguns de seus membros e não a outros, ao passo que outros, ainda, são prejudicados e excluídos. O resultado é a divisão da comunidade, o que afeta negativamente

sua capacidade de organização, algo fundamental para lutar contra os impactos negativos do projeto e garantir ou retomar o controle do território.

O objetivo central dos projetos de REDD é “vender” carbono e ganhar dinheiro com o projeto, e não resolver os problemas comuns a muitas comunidades, como a falta de reconhecimento de seus direitos sobre o território ou problemas em serviços de saúde, educação, transporte, comercialização da produção comunitária. Ou seja, a falta de políticas públicas adequadas. Isso não será resolvido pelo REDD. Assim como o REDD não resolverá o problema do desmatamento. Esses projetos se realizam em uma determinada superfície de floresta, fora da qual as atividades destrutivas podem continuar.

E quem financia os projetos de REDD? Além de alguns governos, há indústrias poluidoras que querem mostrar que “compensam” de alguma forma sua poluição em outro lugar. Mas a “compensação” com a compra de carbono não resolve o futuro das florestas nem a mudança climática, porque as matérias-primas das quais essas indústrias necessitam – minerais, petróleo, carvão, grandes quantidades de eletricidade de grandes represas hidrelétricas – vêm, muitas vezes, de áreas florestais. As empresas continuam poluindo e desmatando, mas com o REDD, elas se “maquiam de verde”, argumentando que põem dinheiro em projetos que “reduzem” o desmatamento.

Outros atores dos projetos de REDD são grandes ONGs, técnicos do Estado, consultores, que se ocupam da coordenação e de questões “técnicas” do projeto.

Em parte, não é difícil entender o que é REDD. Mas é muito difícil ou impossível entender que a poluição de um lugar possa ser compensada por uma atividade realizada a milhares de quilômetros de distância. E é ainda mais difícil entender que, além disso, essa poluição dê lugar a novos negócios, como a compra e a venda no chamado mercado de carbono. As comunidades afetadas explicam o REDD dizendo que há um problema de poluição em um lugar distante de sua comunidade e os promotores de REDD tentam resolver esse problema dentro do território da comunidade, ou seja, dentro de sua “casa”. Por isso, sugerem que o melhor é resolver o problema onde surgiu, e não em seu território, onde lhes traz ainda mais problemas. É claro que uma solução lógica e muito mais simples e sensata para os grandes problemas da poluição é interrompê-la onde está acontecendo.

Também se sabe que a melhor forma de cuidar da floresta é garantir aos povos que nela vivem e às demais comunidades que dependem dela seus direitos territoriais e de usufruto, e apóia-los, além de contribuir com suas formas de conservação e manejo do território. E, sem dúvida, é preciso enfrentar e proibir as causas diretas do desmatamento, entre elas, a mineração, a exploração do petróleo, a construção de grandes represas, a expansão de monocultivos... Também é necessário mudar o grande consumo de produtos e energia de apenas uma minoria da humanidade, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Mas o REDD não propõe nada disso, pelo contrário, habilita as empresas a poluir e a seguir desmatando ... em outro lugar.

A boa notícia é que, no mundo todo, cresce a resistência contra o REDD. As comunidades se organizam cada vez mais para garantir e reconquistar o controle e o uso coletivo de seus territórios. Um passo importante dessa luta é saber, de outras comunidades, o que realmente ocorreu com o REDD. É saber que a luta é de várias comunidades, é saber que, unindo-se e se organizando, é possível parar essa nova forma de destruição.

- Grandes ONGs em busca de REDDenção

A ameaça das mudanças climáticas tem aumentado paralelamente ao alcance dos mercados financeiros em todos os campos da vida – incluindo sobre essas mudanças. Como tenta mostrar esta edição do Boletim do WRM, o REDD é uma falsa solução, tanto para o desmatamento quanto para as mudanças climáticas, embora seja útil para o mercado de carbono – um novo e insano mercado financeiro sofisticado, que negocia créditos de carbono, geralmente usados pelos poluidores para compensar suas emissões. Este ano, o mercado de carbono dobrou de valor, chegando a 237 milhões de dólares – mesmo que o volume de transações tenha diminuído 22% em relação a 2010.(1)

Como um bloco da arquitetura financeira, os principais benefícios do REDD obviamente irão para os agentes financeiros. De qualquer maneira, várias instituições, grandes ONGs, corporações e governos promovem o REDD como algo bastante conveniente para as comunidades – que acabarão por conseguir umas moedas para “compensar” os impactos negativos que sofrem pelo projeto. Vários artigos deste boletim tratam das implicações prejudiciais do REDD.

O marketing do REDD conseguiu obter algum sucesso, pois determinados atores vieram dar credibilidade à proposta. Grandes ONGs, como *The Nature Conservancy*, *Conservation International*, *World Wildlife Fund* (WWF), *Forest Trends*, *Rainforest Alliance*, estão envolvidas e/ou apoiam diversos projetos de REDD no Sul global.

Seus parceiros um tanto “marrons” – incluindo Alcoa, Arcelor Mittal, Barrick Gold, BG Group, BHP Billiton, BP Foundation, Bunge, Cargill, Chevron, Coca-Cola, De Beers Group, Giti Tire, Goldman Sachs, J. P. Morgan Chase & Co, Kimberly-Clark, Kraft Foods, McDonald’s, Medco Group, Monsanto, MPX Colombia, Newmont Mining Corporation, Northrop Grumman Corporation, Rio Tinto, Shell, The Walt Disney Company, Toyota Motor Corporation, United Airlines, Walmart, Wilmar International, e outras, necessitavam urgentemente de alguma lavagem “verde”. E a conseguiram.

Em março de 2010, a revista norte-americana *The Nation* publicou um artigo de Johann Hari (2), que havia investigado os laços financeiros entre os grupos ambientalistas e empresas prejudiciais ao meio ambiente, especialmente quando se descobriu que o grande grupo conservacionista *The Nature Conservancy* forjou uma longa e conveniente relação com a gigante do petróleo BP – possibilitando fazer uma lavagem verde na imagem da empresa e ajudando a TNC a obter fundos para seus projetos.

Hari escreveu:

“Os grupos ambientalistas costumavam ser financiados, em grande parte, por seus membros e por simpatizantes ricos. Tinham apenas um objetivo: evitar a destruição do meio ambiente. Suas verbas eram pequenas, mas eles cumpriam um papel crucial na economia de vastas extensões de áreas naturais e fazendo

pressão por leis rígidas que proibissem a poluição do ar e da água. Mas Jay Hair – presidente da National Wildlife Federation de 1981 a 1995 – estava insatisfeito, e identificou uma enorme fonte de receita: os piores poluidores.

Hair descobriu que as grandes empresas de petróleo e gás teriam prazer em dar dinheiro a grupos de conservação. Sim, elas estavam destruindo muitos dos lugares imaculados do mundo. Sim, no final dos anos 1980, ficou claro que elas estavam desestabilizando profundamente o clima – a própria base da vida. Mas isso não as transformava no inimigo, na opinião de Hair, que disse que elas queriam sinceramente consertar seus erros e pagar para preservar o meio ambiente. Ele começou a sugar milhões dessas empresas, e, em troca, sua organização e outras, como a *The Nature Conservancy* (TNC), concedeu-lhes prêmios por “gestão ambiental”.

Empresas como a Shell e a British Petroleum (BP) ficaram maravilhadas, considerando aquilo como um valioso ‘seguro de reputação’: cada vez que eram criticadas por suas emissões maciças de gases de aquecimento, por estar envolvidas no assassinato de dissidentes que queriam que o dinheiro do petróleo fosse para a população local ou por um vazamento de petróleo que causara danos irreparáveis, elas apresentavam seus brilhantes prêmios verdes, comprados com doações “benéficas” para afastar a possibilidade de regulamentação por parte de governos”.

Sob o pragmatismo atual, a maioria dos governos e várias Grandes ONGs estabelecem parcerias com o setor privado, incluindo grandes corporações que foram e ainda são causadoras de destruição florestal. Sendo assim, esses poluidores podem comprar sua redenção de forma benevolente, envolvendo-se em projetos de REDD/REDD+.

A maioria dos projetos de REDD/REDD+ está relacionada ao mercado de carbono, implicando a atribuição de um valor econômico a florestas e carbono.

A *Conservation International* (CI) anuncia que está trabalhando “para incentivar o financiamento de abordagens de REDD+ e de mercado, com vistas a criar uma demanda por compensações de carbono florestal” e está entusiasmada com o comércio de carbono: “O emergente mercado de carbono representa uma das maiores oportunidades nos últimos 50 anos para reverter a destruição das florestas tropicais remanescentes no mundo, ao associar compradores e vendedores de créditos de carbono”. De fato, as Grandes ONGs são fortes promotoras do mercado para compensações de carbono em geral, e do REDD em particular.

A CI está presente na África dando apoio técnico e financeiro a projetos de REDD na RDC, na Guiné Equatorial, em Madagascar e na Libéria. Na Ásia, está por trás de projetos florestais de carbono na China, nas Filipinas e na Indonésia, enquanto, na América Latina, participa de projetos no Equador, no Peru, no Brasil, na Guatemala, no México e na Colômbia.

GRANDES ONGs POR TRÁS DE PROJETOS DE REDD NA ÁFRICA, NA ÁSIA E NA AMÉRICA LATINA

A Conservation International tem presença na África, dando apoio técnico e financeiro à articulação de uma estratégia nacional de

REDD, bem como o desenvolvimento de dois projetos-piloto de REDD em duas reservas naturais (Tayna e Kisimba-Ikobo) na província de Kivu do Norte, na República Democrática do Congo.(3) Na Guiné Equatorial, a CI tem projetos-piloto no Parque Nacional Monte Alen. Em Madagascar, trabalha no Projeto Florestal Makira e no Projeto do Corredor Mantadia, enquanto, na Libéria, participa da Rede de Áreas Protegidas.

A CI também está validando vários projetos florestais de carbono na Ásia e na América Latina: a Iniciativa Florestal Tengchong, na China, a Sierra Madre, nas Filipinas, a Bacia de Mamberamo, na Indonésia, a Iniciativa do Corredor Chocó-Manabí, no Equador, a Floresta Alto Mayo, no Peru, a Mata Atlântica do Nordeste e o Projeto Muriqui de Carbono Florestal, no Brasil, a Iniciativa de Conservação de Carbono da Reserva da Biosfera Maia na Guatemala, a Iniciativa de Carbono La Cojolita, Selva Lacandona, no México, o Corredor de Conservação de Bogotá, na Colômbia.

A The Nature Conservancy (TNC), está envolvida no projeto de REDD Rio Bravo em Belize, no projeto Noel Kempff, na Bolívia, no projeto Mata Atlântica no Brasil (Guaraqueçaba) (ver o artigo sobre economia verde no Brasil, neste boletim), no projeto Floresta Tengchong, na província de Yunnan, na China e no projeto no Distrito de Berau, em Bornéu, Indonésia. Também participa de projetos-piloto de REDD em fase inicial, como no nordeste do Mato Grosso o Projeto-Piloto em São Félix do Xingu, no Brasil. A TNC é a parceira responsável por administrar os recursos gerados com a venda de carbono sequestrado na Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável em Mbaracayú, um projeto da GEF (Fundo de Medio Ambiente Global) no Paraguai. Também presta assessoria sobre o desenvolvimento de mecanismos financeiros, tanto no Programa de Serviços Ambientais através de Sequestro de Carbono, na Reserva da Biosfera da Sierra de las Minas, quanto em Desmatamento Evitado no Parque Nacional Sierra Del Lacandón, na Guatemala.

O WWF Brasil, juntamente com a IUCN, está envolvido no Programa de Carbono do Estado do Acre – Pagamento por Serviços Ambientais, no Brasil, e apoia o Projeto de REDD Madre de Dios, na Amazônia peruana.

O conceito puro de conservação é inadequado. Como disse Hari, “em uma época de aquecimento global, a velha idéia de conservação – de que se preserva um pedaço de terra, sozinho e inviolável – não tem sentido. Se a biosfera está desmoronando ao seu redor, você não pode cercar um trecho de vegetação exuberante e protegê-lo: ele também vai morrer”.

Por outro lado, o comércio de carbono não reduz as emissões. Pior, representa uma distração perigosa em relação à tarefa imediata de realmente reduzir as emissões de gases do efeito estufa gerados pela queima de combustíveis fósseis.

Lamentavelmente, muito dinheiro e esforço são dedicados a promover falsas soluções nesse sentido – como o REDD/REDD+ com base no mercado. Seus promotores não devem perder de vista que eles têm muita responsabilidade por desviar tempo e dinheiro, aprofundando as atuais crises climáticas, de biodiversidade e social.

(1) Leveraging the Landscape: State of the Forest Carbon Markets 2012, de Ecosystem Marketplace

(2) <http://www.thenation.com/article/wrong-kind-green#>

(3) Democratic Republic of Congo. Conservation International REDD pilot project: a different kind of Disney production, by Belmond Tchoumba, WRM, 2011, http://wrm.org.uy/subjects/REDD/DRC_REDD_en.pdf

Início

- Indonésia: o projeto REDD “Parceria de Kalimantan sobre Florestas e Clima”: pouca parceria, muitos problemas

Este artigo é baseado em uma visita de campo de quatro dias e em conversas com moradores de cinco das sete comunidades mais afetadas por este projeto (Sei Ahas, Tumbang Mangkutub, Mantangai Hulu, Katundjan and Kalumpang). Os moradores das aldeias se queixaram dos supostos benefícios, e também afirmaram que a destruição da floresta não foi interrompida dentro da área do projeto de REDD, enquanto a expansão contínua do cultivo de dendê, exploração de madeira e mineração na área prejudica ainda mais o objetivo de reduzir as emissões decorrentes de desmatamento.

Introdução

O KFCP (Kalimantan Forests and Climate Partnership) é um projeto de REDD de quatro anos, que começou em 2009, com o objetivo de produzir compensações ao reduzir as emissões por desmatamento e degradação florestal em uma área de aproximadamente 120.000 hectares, em Kalimantan Central. O projeto se baseia em um acordo bilateral entre os governos australiano e indonésio. O primeiro financiou o projeto até agora, com cerca de US\$ 31 milhões. A floresta a ser protegida na área do projeto é estimada por um líder comunitário em cerca de 60 a 70% do tamanho da área, enquanto o reflorestamento e a reabilitação também estão entre as atividades do projeto, além de um chamado componente de subsistência.

Dentro da área, sete comunidades ao longo do rio Kapuas são diretamente afetadas pelas atividades do projeto, em um total de cerca de 2.600 famílias. As comunidades são principalmente de indígenas dayak. Em termos de organização, cada aldeia tem um chefe indicado e empregado pelo Estado, bem como líderes eleitos pela comunidade, com base em religião (islâmica, cristã e crenças tradicionais). Uma ONG local chamada YPD trabalha pelos direitos da comunidade e apoia os meios de subsistência das populações rurais.

O KFCP é mais um projeto de uma série de intervenções de cima para baixo realizadas ali nas últimas décadas, começando durante o tempo de Suharto, quando, na década de 1990, a área foi incluída no chamado Megaprojeto de Arroz, através do qual o governo pretendia contribuir para a autossuficiência da Indonésia em arroz e estimular a transmigração para a região. O projeto começou a drenar as áreas de turfa ao estabelecer um enorme sistema de

canais, mas o resultado foi muito negativo, porque o arroz não cresceu bem. O projeto resultou em extração de madeira em grande escala, beneficiando o clã Suharto, além de incêndios e destruição de florestas.

Depois do megaprojeto de arroz, outros projetos de cima para baixo com caráter conservacionista foram implementados na região, como o projeto Bosmawas de proteção de orangotangos (BorneoOrangutanSurvival Foundation) e o Central KalimantanPeatland Project (CKPP). O CKPP pretendia recuperar parte das áreas de turfa e sua vegetação florestal bloqueando os canais do megaprojeto de arroz. Essa também se tornou uma das atividades de reabilitação no projeto KFCP.

O projeto CKPP foi uma iniciativa de ONGs internacionais, como WetlandsInternational, WWF e CARE. Posteriormente, essas mesmas ONGs se envolveram no projeto de REDD KFCP, e membros da comunidade mencionam que a equipe do KFCP inclui pessoas que trabalharam antes no CKPP.

A “parceria”

Os membros da comunidade se queixam de que o consentimento das comunidades envolvidas nunca foi dado por meio de sua própria liderança. O que o KFCP considera como “consentimento” são acordos com cada um dos chefes das aldeias, designados pelo Estado, da área do projeto.

As próprias comunidades tiveram contato com pesquisas feitas na comunidade, treinamentos sobre controle de incêndio e também as chamados oficinas de “socialização” sobre o REDD. Um membro da aldeia explicou em detalhes que, após a primeira oficina, ninguém ainda entendia do que se tratava o REDD, e as pessoas pediram uma segunda sessão em linguagem mais simples. No entanto, mesmo depois desta sessão, as pessoas continuavam sem entender, mas foram “socializadas” (familiarizadas) com projeto de REDD, principalmente porque também foi dito que ele proporcionaria dinheiro e trabalho para suas comunidades.

O emprego parece ser o principal benefício que o projeto tem oferecido à comunidade, principalmente relacionado a atividades de reflorestamento. Cada família/participante deve plantar cerca de 400-575 mudas/árvores, mas o pagamento é muito baixo, cerca de US\$ 100, e é feito em parcelas, por exemplo, 50% no início e os outros 50% no final das atividades. Alguns desses pagamentos foram feitos com atraso. Além disso, na aldeia de Sei Ahas, as pessoas disseram que os pagamentos também se basearam em quantas árvores elas realmente plantaram, sendo que outros custos, como criação de um pequeno viveiro e transporte, são de responsabilidade de cada participante. E pessoas bastante pobres não se beneficiam do projeto, porque o dinheiro pago pelo reflorestamento não é suficiente para sobreviver. Para quem tem emprego, as atividades demandaram um tempo considerável e, portanto, as pessoas se queixaram de que agora têm menos tempo para suas próprias atividades de subsistência. Vale dizer que na comunidade de Ahas Sei, os trabalhadores são principalmente mulheres, aparentemente, um “componente de gênero” do projeto KFCP.

Os moradores também se queixam de falta de transparência e de desconfiança com relação ao gerenciamento do projeto. Para a aldeia de Sei Ahas, por exemplo, cerca de US\$ 360.000 estariam disponíveis para as atividades de reflorestamento, de acordo com um morador – muito mais do que tudo o que foi pago aos moradores que participam do trabalho de reflorestamento. Assim, os moradores perguntam: para onde está indo o dinheiro?

Embora apresentado como “parceria”, a população local se queixou frequentemente de que não há “apropriação” envolvida, e que eles são apenas a mão-de-obra. Não é um projeto deles, o que explica por que não se importam realmente com as atividades envolvidas. Um morador disse: “As pessoas plantaram até mudas de árvores mortas”, apenas para obter o seu pagamento com base no número de “mudas plantadas”. Outro morador, membro da YPD, não vê benefícios reais. Ele acrescenta que é difícil para os membros da comunidade levantar suas preocupações e vê-las levadas em consideração: “Este é um projeto do governo e nós temos que seguir”.

De acordo com um líder comunitário em Sei Ahas, o projeto KFCP lhes teria garantido que o carbono armazenado pelo reflorestamento poderia ser “vendido” pelas comunidades no futuro, mas ele questionou: Por que não vender o carbono que as áreas florestais já conservam? A pessoa do KFCP disse que isso não era possível, uma vez que o projeto não tem como calcular esse carbono e não o “compra”.

Os moradores também comentam que o KFCP ajudou a estabelecer um plano para a aldeia. Mas, novamente, um líder se queixa de que, embora tenham organizado reuniões e deixado as pessoas falarem, eles pressionam por sua própria agenda, dizendo que vão “melhorar” o plano proposto pela comunidade. Depois de fazer isso, pedem ao chefe da aldeia para assinar o plano “melhorado”. O morador que contou essa história disse que, por isso, renunciou ao cargo de secretário da aldeia. Ele reclama de que o KFCP nunca apresentou o mapa final da área do projeto e o plano “melhorado”, e que sua agenda não se baseia nas demandas da comunidade, e sim nas condições ecológicas da região.

Resumindo, os moradores que ouvimos avaliam que o interesse do projeto em fazer reuniões com as comunidades é principalmente obter suas assinaturas na lista de presença. Os moradores contam uma história de que o KFCP, depois de muitas reuniões regulares, queria organizar algo diferente para as comunidades e moradores, e a comunidade sugeriu uma apresentação de danças tradicionais. No entanto, os moradores reclamaram que o show, organizado pelo projeto, não era tradicional e tampouco adequado a crianças. E até mesmo esse evento, de acordo com os moradores, tinha uma lista de presença.

Menos desmatamento?

Os moradores comentam que os incêndios florestais continuam e o KFCP nada está fazendo para impedi-los. Nós visitamos um local com pessoas de MantangaiHulu, que tinha sido queimado por gente de fora para obter uma árvore valiosa e vendê-la no mercado interno. O incêndio é usado para queimar o capim alto, de modo que as árvores valiosas possam ser identificadas e extraídas. Mesmo que algumas pessoas da comunidade participem disso, elas muito pouco se beneficiam. Pessoas que vêm de fora e controlam esse negócio são as que mais se beneficiam.

Um combate tradicional de incêndios florestais

O povo dayak tem um sistema tradicional de lagos com peixes, chamado “beje”, que é escavado na área próxima ao rio Kapuas para ter peixes quando o nível da água baixa, no final da estação chuvosa. Além do peixe em si, a vantagem deste sistema tradicional é que fornece água para irrigação e também ajuda a combater incêndios

florestais. Um morador, agora empregado pelo KFCP, reclamou que poderia ter uma renda melhor com esse sistema do que o dinheiro que recebe do projeto.

Em relação ao reflorestamento – realizado em áreas entre 200 e 400 ha por comunidade – em Ahas Sei, por exemplo, um líder comunitário disse que apenas 40% das mudas plantadas sobreviveram. Em Katundjun, afirma-se que, nos primeiros 25 hectares reflorestados, apenas 20% das mudas sobreviveram. Além disso, os moradores reclamam que o reflorestamento é feito em uma área de floresta em “reabilitação”, o que significa que as árvores em crescimento estão sendo cortadas para plantar mudas de árvores, sendo que o resultado global, em sua opinião, é mais desmatamento do que reflorestamento. Além disso, há uma falta de manutenção. Quando as árvores morrem, não há substituição, e os incêndios florestais também têm afetado as áreas de reflorestamento. O que também é mencionado é que os moradores não são consultados sobre a espécie escolhida e alegam que o KFCP está reflorestando com as espécies erradas, que são mais adaptadas às margens dos rios do que às condições no local do reflorestamento. Mas as comunidades não são envolvidas na escolha da espécie e o KFCP ainda os responsabiliza pela perda de mudas.

Os moradores também reclamam que o KFCP não está questionando as plantações de monocultura do dendê, que está em expansão, como no caso da empresa PT RAS, mencionada na aldeia Sei Ahas. Ela não poderia estar operando, pois perdeu sua licença, mas isso não está sendo aplicado pelas autoridades, o que fez com que a comunidade organizasse um protesto, bloqueando a estrada. O caso está sendo tratado pelo Conselho Florestal Nacional. A expansão do dendê é um dos principais fatores de incentivo ao desmatamento em Kalimantan e anda lado a lado com a atividade madeireira. As comunidades reclamam da falta de ação por parte do governo, que supostamente não tem interesse em ter problemas com essas empresas. Por outro lado, está muito interessado no projeto de REDD KFCP, porque isso traz dinheiro para o orçamento do Estado. Outro problema que os moradores denunciam é o das possíveis sobreposições entre concessões para dendê e a área do KFCP.

Em suma, um projeto de REDD, neste caso, caminha de mãos dadas com a destruição da floresta na área do projeto e em torno dela. De acordo com a ONG ambientalista WALHI, a mineração e as plantações de dendê estão entre os principais fatores a incentivar o desmatamento na Indonésia. Líderes da aldeia questionam por que o KFCP quer plantar apenas 400 hectares de área reflorestada – dos quais talvez apenas 150 sobrevivam – enquanto continua havendo tanta destruição florestal ao redor da área? O desmatamento é um problema para as pessoas, já que 99% delas dependem da floresta, como observa um líder em Sei Ahas.

Restrições e falta de reconhecimento dos direitos territoriais da comunidade

Os moradores sofrem com uma série de restrições. Eles reclamam que, desde que o projeto KFCP começou, cerca de 30 pequenos canais foram bloqueados, negando-lhes o acesso a áreas às quais costumavam ir. Agora, quando precisam de madeira, as pessoas têm que sair de sua aldeia, uma vez que é proibido cortar árvores na área do projeto KFCP.

A necessidade de reconhecer os direitos à terra é uma demanda comum e básica, e líderes

em Katundjan acrescentaram que perder o acesso a suas terras é o seu maior medo atualmente. Eles dizem que o projeto KFCP queria classificar sua área como “floresta comunitária”, mas as comunidades dayak querem que seja chamada de “floresta de povos indígenas”, por causa do decreto assinado pelo governador de Kalimantan reconhecendo o direito dos povos indígenas a gerir sua floresta. No entanto, o KFCP discorda, argumentando que o governo nacional não reconhece os direitos dos povos indígenas. Portanto, o KFCP não promoveu os direitos das comunidades à posse da terra, de acordo com os moradores, embora esta seja uma das exigências básicas dessas comunidades. A YPD as ajudou a fazer o mapeamento da comunidade. Moradores da aldeia de Sei Ahas mostraram, por exemplo, o mapa da comunidade, com uma área que consideram sua e necessária para sua sobrevivência cultural e física, num total de 26 mil hectares.

As comunidades lutam por seus direitos

Ao longo dos últimos anos, as comunidades estão travando uma batalha para obter o reconhecimento de suas reivindicações, às quais também chamam de seu “conceito”. Isso significa, em primeiro lugar, o reconhecimento de seus direitos à terra, além de apoio para melhorar seus meios de subsistência. Uma proposta de subsistência muitas vezes mencionada é a de plantar seringueiras, árvore com a qual os moradores estão familiarizados e cujo produto pode ser minimamente processado por eles dentro da aldeia – diferentemente do dendê, que é muito mais controlado por empresas. Enquanto a colheita do dendê deve ser transportada imediatamente para a unidade de processamento, a borracha pode ser armazenada. Para Sei Ahas, um projeto de 400 mudas de seringueira por família foi aprovado pelo KFCP, mas as mudas nunca chegaram, de acordo com os moradores. Em Katundjan, um líder comunitário diz que seu projeto de plantação de borracha foi rejeitado, mas que o KFCP queria que eles plantassem dendê. O KFCP lhe ofereceu um emprego, mas ele não aceitou.

As pessoas estão ficando nervosas, também porque o KFCP as está culpando pelos problemas. Em junho de 2012, houve um incidente em Kalumpan, quando aconteceria uma reunião da aldeia, mas o KFCP só convidou umas poucas pessoas. Como reação, os moradores colocaram fogo no centro comunitário. Em MantangaiHulu, aconteceu um incidente semelhante. Haveria uma reunião sobre o orçamento do KFCP, para a qual poucas pessoas foram convidadas, mas cerca de 300 moradores apareceram, e o líder da aldeia decidiu cancelar a reunião. Como reação, algumas janelas da prefeitura foram quebradas. A polícia está investigando, mas, desde então, em maio de 2012, o KFCP esvaziou o escritório nesta aldeia e foi embora – e, na verdade não é mais bem-vindo em Mantangai Hai. Um representante dessa comunidade disse “nós rejeitamos o KFCP desde o início, porque não há transparência” e “é bom que o KFCP tenha ido embora, desde então não há mais brigas.”

Mais recentemente, em agosto de 2012, uma carta aberta de protesto incluindo vários dos problemas mencionados foi enviada ao governador da Província de Kalimantan, assinada por líderes comunitários das cinco comunidades diretamente afetadas, pela YPD, uma organização de apoio à comunidade local e também pela WALHI. Mais tarde, houve uma reunião entre representantes da comunidade, do governo estadual e do KFCP para discutir as questões levantadas na carta. O acordo resultante foi de que cada comunidade poderia realizar sua avaliação do projeto e apresentá-la, juntamente com suas propostas sobre o que deve ser feito, a um grupo de trabalho coordenado pelo governo a fim de dar seguimento.

Esta tentativa recente de lidar com os graves problemas que o projeto de REDD KFCP tem

causado nas comunidades envolvidas ainda está em curso; enquanto isso, vários líderes comunitários classificaram esta tentativa mais recente de resolver problemas como “a última chance” para o projeto.

Winnie Overbeek, WRM, e-mail: winnie@wrm.org.uy

Baseado em uma visita de campo e informações contidas em “In the REDD: Australia’s carbon offset project in central Kalimantan”, FOEI (<http://www.foei.org/en/what-we-do/climate-biodiversity-finance/latest-news-1/in-the-redd-australias-carbon-offset-project-in-central-kalimantan>) e “Controversy surrounding Australia’s Kalimantan Forest and Climate Partnership REDD project deepens”, REDD-Monitor (<http://www.redd-monitor.org/2012/09/11/controversy-surrounding-australias-kalimantan-forest-and-climate-partnership-redd-project-deepens/>)

Início

- Economia Verde no Brasil: mulheres relatam os impactos do projeto REDD da SPVS e de uma área protegida da Fundação Boticário

A sobrevivência de populações tradicionais na região litorânea do Paraná está sendo seriamente ameaçada por iniciativas privadas de apropriação de áreas florestais na região, para diversos fins. Neste artigo, dedicamo-nos em especial a duas: uma de comércio de créditos de carbono, nos moldes do mecanismo REDD, promovida pela ONG brasileira Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), e outra para preservar a floresta e a biodiversidade na chamada “Reserva Natural Salto Morato”, de propriedade da Fundação Boticário.

No final dos anos de 1990, a SPVS chegou à região e, em parceria com a ONG estadunidense TNC (The Nature Conservancy), começou a comprar grandes áreas de fazendeiros. Ao todo, sua área abrange hoje cerca de 18.600 hectares nos municípios de Antonino e Guaraqueçaba. Essas áreas têm hoje o status de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Trata-se de áreas privadas que têm como objetivo preservar a biodiversidade e onde a caça, a pesca e quaisquer outras atividades extrativistas são proibidas.

A SPVS conseguiu adquirir suas áreas através da parceria com a TNC, mobilizando recursos de três empresas americanas, a General Motors, a American Electric Power e a Chevron, com um objetivo primordial e de especial interesse dessas empresas: o carbono “estocado” nessas áreas. A TNC afirma que as empresas investidoras “destinaram, entre 1999 e 2001, US\$ 18 milhões para a implantação, a execução e a manutenção dos projetos brasileiros ao longo de 40 anos.” Desta forma, em 1999, anos antes do lançamento do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), um dos primeiros projetos de carbono em áreas de floresta no mundo já havia iniciado.

A Reserva Natural Salto Morato foi criada pela Fundação Boticário, que pertence ao Grupo Boticário, uma empresa brasileira do ramo de produtos de beleza. A Reserva tem 2.253 hectares, inclusive uma queda de água de cerca de 100 metros. A área foi comprada em 1994 com apoio da TNC.

A Fundação Boticário se articula com outras ONGs como, por exemplo, a SPVS e TNC na

iniciativa “Observatório do Clima”. Trata-se de uma iniciativa que dá uma grande importância ao chamado mercado de carbono, iniciativa considerada mais “contundente” para atacar as mudanças climáticas.

Perseguição

A polícia ambiental sempre atuava na região, mas, conforme afirmam as pessoas das comunidades vizinhas às áreas da SPVS e Fundação Boticário, nunca perseguia a comunidade, como tem acontecido depois da chegada dessas entidades.

As mulheres são especialmente afetadas, já que ficam mais expostas por serem as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelas crianças pequenas, enquanto os maridos costumam sair mais em busca de trabalho. Há muitos relatos das mulheres sobre a atuação da Força Verde, a polícia ambiental, de como policiais armados entram nas casas delas sem possuir a devida autorização judicial.

Uma moradora do município de Antonina, vizinha da SPVS, afirma que “eles não chegam aqui conversando, já chegam perturbando”. Ela conta que:

“Aqui em casa eles vieram, eu não estava, tinha saído para entregar uns convites (...) aí eles subiram para minha casa, minha filha estava sentada ali tomando café. Não bateram na porta, já foram direto para a janela. Minha filha se assustou. (...) Aí, quando voltei lá de cima, eles já tinham andado praticamente meu quintal inteira, sem pedir permissão (...) Não sabia que já tinham entrada na minha casa. Aí, com aqueles aparelhinhos [de gps], comigo não fizeram, fizeram com minha filha (...) mostrava para minha filha, mostrava para ela, falavam: “seu pai tem duas espingardas dentro de casa, onde está? Fala com tio onde está?” (...) aí eles me perturbaram bastante, eles queriam entrar dentro de casa, eles fizeram uma barbaridade mesmo. (...) E só eu em casa. Eu e meus filhos, sem meu marido, ele estava trabalhando fora.(...) a gente no meio de seis homens ali. Daí ele falou: se você não entregar [a espingarda], a gente vai pegar teu marido. Aí eu peguei a espingarda e entreguei.”

Ouvimos diversos relatos de mulheres sobre como seus maridos foram presos. A moradora acima citada conta que, uma vez, seu marido foi algemado em casa pela Força Verde, que disse que era o “serviço” deles. Em outra ocasião, ao cortar uma árvore para fazer uma canoa, ele ficou preso por 11 dias. Para sair, teve que pagar fiança. Quando o marido é preso, aumenta ainda mais a insegurança e o medo das mulheres.

Moradores da comunidade de Morato, vizinhos da Fundação Boticário, afirmam que a polícia está sempre na comunidade. Uma moradora conta como o pessoal entrou na casa da avó dela, de 80 anos:

“Minha avó tem pressão alta, ela não passou bem. Ela ficou nervosa. Ela tinha carne de porco e frango, em cima da forneira. Entraram com tudo sem pedir licença, sem nada, mexendo em tudo para ver o que tinha. Ela estava na cozinha como sempre. Assustaram [ela]. Minha avó não passou bem. E agora, vai falar alguma coisa para eles. Vai preso!”

Problemas de saúde

A impossibilidade de fazer roça no sistema de pousio, de caçar e pescar, e praticar a medicina tradicional, gerou uma situação em que alimentos básicos saudáveis, sem agrotóxicos, que antes eram garantidos através dessas atividades, não podem mais ser consumidos. Em vez disso, as famílias precisam comprar a maioria dos alimentos básicos, muitas vezes contaminados com agrotóxicos. Segundo as mulheres, essas mudanças na base alimentar explicam o surgimento de novos problemas de saúde.

Uma moradora antiga conta que antes “o povo vivia mais sossegado”. A comunidade produziu sua própria alimentação. A dificuldade hoje das famílias produzirem sua própria comida é por falta da área. Ela complementa que “não tinha doença que tem agora, não tinha. A doença era sarampo, tosse cumprida, que toda vida teve, varicela, catapora. Mas essas doenças de diabetes, artrite, artrose, trombose, não tinha nada, ninguém tinha nada.”

Ter dinheiro para poder comprar alimentos constitui-se em mais uma pressão para as pessoas saírem das comunidades em busca de trabalho.

Forçado a buscar trabalho fora e promessas não cumpridas

A perseguição provocou uma situação em que as comunidades se sentem “presas” e “acuadas” na própria casa, cercadas por uma floresta que apenas podem admirar, mas onde não podem entrar e cujos benefícios não podem aproveitar. Questionados sobre se os projetos conservam a mata, moradores afirmam que, quando tinham suas roças perto de casa, havia muito mais caça porque também as caças se alimentavam com os alimentos cultivados. Mas hoje não podem mais cultivar e as caças se afastaram.

Não concordam de jeito nenhum com a afirmação de que seu uso tradicional da floresta estaria pondo o futuro da mesma em risco. Por exemplo, em relação a um dos alimentos mais comuns e apreciados pelas comunidades, o palmito, uma moradora afirma: “Aqui mesmo, aqui em redor da casa tem muito palmito, a semente cai no chão; às vezes a gente joga pelas matas, mas não pode colher depois, a gente não pode colher.”

É por isso que muitos moradores, os homens, mas também as mulheres, são forçados a vender sua força de trabalho para fazendeiros na região ou buscar serviço nas pequenas cidades na região ou na capital.

Garantir um salário trabalhando na SPVS tampouco é uma opção relevante para as comunidades. Na sua chegada, a SPVS prometeu empregos que durariam cerca de 40 anos, o mesmo tempo de existência previsto para o projeto de carbono. Segundo os moradores, inicialmente, a SPVS empregou 47 moradores da comunidade, a maior parte como guardas florestais, mas hoje sobram poucas pessoas. Ex-empregados contam que a grande maioria foi demitida, restando apenas sete funcionários. Além disso, os salários pagos eram e são bastante baixos, pouco mais de um salário mínimo. Apenas três dos 47 funcionários iniciais eram mulheres com salários ainda menores que os dos homens. O caso da Fundação Boticário não é muito diferente. Segundo moradores da comunidade de Morato, apenas 6 pessoas estariam sendo empregadas.

Enquanto a classe média de Curitiba, capital do estado, tem comprado casas em áreas na região para passar seus finais de semana e feriados, várias famílias das comunidades locais têm desistido de continuar vivendo no local, contribuindo para o esvaziamento das comunidades. Entretanto, há também casos de famílias que retornaram para suas

comunidades, devido à dificuldade de se adaptar à cidade. Uma moradora que já residiu um tempo na cidade e depois voltou conta que: “(...) prefiro aqui, aqui tá sossegado. Mas (...) dá para gente fazer mais nada.”

Comunidades resistem e apontam alternativas

No entanto, as comunidades continuam resistindo à pressão da SPVS e da Fundação Boticário, que só pode ter como objetivo a expulsão de todas elas. Uma comunidade organizou-se de forma especial. No início da década passada, em uma das localidades no município de Antonina, um fazendeiro queria vender sua área para a SPVS, o que poderia levar à expulsão de todas as famílias que viviam no local. Elas se organizaram e, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizaram, em 2003, uma ocupação. Atualmente, há 20 famílias no local, lutando pela oficialização do acampamento, que tem o nome do ambientalista José Lutzenberger, no assentamento de Rio Pequeno, para que seja um assentamento da reforma agrária.

A comunidade começou a realizar pequenos trabalhos de reflorestamento e, a partir da opção pela agroecologia, foi escolhida a proposta de trabalhar coletivamente através do sistema agroflorestal, como proposta principal para futuramente gerar renda para as famílias. Além disso, cada uma das famílias terá sua área individual para a subsistência básica. Uma moradora, durante o trabalho de recuperação com agrofloresta, de uma das áreas degradadas pelo fazendeiro, conta:

“Eu mesmo eu tenho quatro anos que moro aqui e eu gosto. (...) Trabalho aqui, tenho um terreno também, e trabalhamos no coletivo. (...) No coletivo consegue que todo mundo ajuda, aí vai, é muito bom, é muito gostoso (...) No futuro aqui, mais tarde, vai ser um mato que vai virar uma agrofloresta (...) para poder ter renda para mim e para todas as companheiras, no futuro penso assim (...) E é bonito, entrar aqui dentro, ver as árvores, as plantas. A gente não trabalha só pensando no dinheiro, a gente trabalha pensando na vida também. A gente trabalha com muito orgulho, com muito amor. Porque a planta é uma vida igual à gente, sente sede também (...) Eu morei na cidade, (...) a cidade é um horror. (...) Aqui não, a casa fica tudo aberta. (...) E para minhas crianças, esse lugar é um paraíso. (...) Aqui não tem nada de violência.”

Portanto, a realidade do Paraná mostra também que as comunidades resistem. E elas nos oferecem uma série de elementos para repensar o modelo de desenvolvimento perverso que a economia verde busca consolidar. Por exemplo, as próprias famílias praticam a recuperação da natureza. Mostram que o ser humano faz parte e depende da natureza, que a natureza é uma riqueza que possibilita que o povo possa “viver bem”, conservando e desfrutando uma verdadeira riqueza.

Resumo do artigo “Economia Verde no Brasil: a privatização da Mata Atlântica: Projetos de REDD e áreas protegidas, e seus impactos sobre mulheres e homens em comunidades tradicionais no litoral do Paraná”, de Winfridus Overbeek, publicado em revista produzida conjuntamente com Amigos da Terra América Latina e Caribe, e Grain/Acción por la Biodiversidad sobre Economia Verde. Para ver o artigo completo em português, veja http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Economia_Verde_no_Brasil_a_privatizacao_da_Mata_Atlantica.pdf e completo em castelhano: http://www.wrm.org.uy/temas/Economia_Verde/asalto_final_a_los_bienes_comunes.pdf

- Defensores dos direitos humanos ambientais questionam o REDD+ em Chiapas e na Califórnia

Com os esforços para negociar um novo instrumento de mitigação climática dentro da UNFCCC, adiado até 2020, o foco no REDD+ passou da arena global para acordos subnacionais, como aqueles que estão sendo propostos pela Força-Tarefa de Governadores para o Clima e as Florestas (Governors Climate and Forests Task Force, GCF). Um dos acordos no topo da agenda da GCF é discutido entre os estados da Califórnia, nos Estados Unidos, e Chiapas, no México.

Mas os críticos nas organizações Amigos da Terra Estados Unidos, Otros Mundos (Amigos de la Tierra México), a Rede Ambiental Indígena e grupos aliados têm esperanças de impedir o avanço de um acordo sobre o REDD entre Chiapas e Califórnia, citando o potencial para aumento das emissões na Califórnia, por um lado, e concentração de terras em Chiapas, por outro.

Quando a GCF reuniu funcionários de governos de seis países em San Cristóbal de las Casas, a antiga capital colonial de Chiapas, no último mês de setembro, talvez não esperasse os protestos de grupos indígenas locais e organizações da sociedade civil. Afinal, o objetivo da Força-Tarefa de Governadores para o Clima e as Florestas não é promover exploração de petróleo, bioprospecção, livre comércio ou qualquer das outras atividades que há muito provocam protestos e até mesmo insurreição aberta em Chiapas, e sim promover a conservação da floresta, a fim de absorver a poluição climática.

Mas uma das preocupações em relação ao REDD, muitas vezes expressa por comunidades que se opõem a ele, é que, na verdade, essa distinção não é tão clara como gostariam os promotores do mecanismo.

Ao ouvir rumores de que receberão pagamento para parar de plantar culturas tradicionais em favor do reflorestamento com dendezeiros – um programa que o governador de Chiapas chama de “reconversão produtiva da Agricultura” – os camponeses indígenas da selva Lacandona vêem um padrão semelhante de funcionamento. E ao saber que podem ter que deixar suas aldeias na selva para permitir que a floresta se recupere de séculos de degradação – muitas aldeias na Lacandona já foram reassentadas – ouvem ecos da contrainsurgência econômica e do roubo permanente de suas terras por parte de governos e forças transnacionais.

Ambos os projetos – o plantio de culturas para agrocombustíveis e o reassentamento de comunidades da floresta – estão ligados à implementação local de um projeto que o governo do estado de Chiapas chama de REDD+, embora, por enquanto, não tenha critérios formais nem laços financeiros com os mercados da Califórnia. E ninguém deve se surpreender com o surgimento de protestos, pois, em Chiapas, os direitos à terra, o desenvolvimento rural e a luta pela autonomia indígena geram tensões constantes, e nenhuma região do estado é mais conflituosa do que a Selva Lacandona, precisamente a área onde o governo de Chiapas está envolvido no que chama de REDD+.

“Durante 35 anos, todos os programas na Lacandona foram impostos pelo governo”, disse

Florencio Cruz Gómez, camponês da aldeia de Frontera Corazal, a autoridades em reunião da GCF. “Nunca houve um processo de consulta. Isso nos leva a perguntar ao governo: se você abandonou seu filho há 35 anos, por que quer cuidar dele agora? Em que condições você acha que ele está agora e por que acha que ele não quer nada com você?”

Cruz Gómez fez parte de uma pequena minoria de camponeses que participaram da reunião da GCF, e sua frustração era evidente. Reconhecendo as tensões, William Boyd, diretor da GCF, disse: “Qualquer política pública ampla vai gerar oposição. Entendemos isso, e vemos a necessidade de fazer um trabalho melhor na comunicação de nossos objetivos”.

Mas, no caso de Chiapas, a má comunicação parece ser acompanhada por objetivos questionáveis.

“Nós iniciamos uma verdadeira revolução verde em Chiapas,” disse o governador Juan Sabines à plenária da GCF. Disse também que:

“Em Chiapas, como em muitos lugares do mundo todo, nossas florestas ficam sujeitas a destruição quando os moradores da zona rural precisam plantar. Em muitos casos, essa produção não chega ao mercado porque é usada pelas pessoas para se alimentar. Isso é uma farsa”.

“Para tratar do problema, aprovamos uma lei sobre mudanças climáticas. Uma parte importante do programa é o REDD+. Em 2010, fizemos um pacto com os proprietários indígenas da selva, que era ocupada por mais de 900 comunidades. Agora, nós as retiramos da selva. As Reservas estão sendo conservadas e protegidas por seus legítimos proprietários, que em breve terão acesso aos mercados de carbono”.

Entre as comunidades listadas para ser “limpas da selva” está a aldeia de Amador Hernández – 1.500 agricultores maias tseltals que viviam dentro da protegida Reserva Montes Azules desde muito antes de ela ser “protegida”. No primeiro dia da reunião da GCF, vários camponeses de Amador Hernández entraram no auditório e pediram alguns minutos ao microfone. O secretário estadual do Meio Ambiente e História Natural de Chiapas, Fernando Rosas, negou o pedido, dizendo-lhes que, se quisessem discutir sua entrada no programa de REDD+, ele teria prazer em se reunir com eles em uma data posterior.

Insatisfeitos com esta resposta, os camponeses fizeram um protesto. Distribuíram panfletos aos delegados da GCF, declarando: “O governo está mentindo para você – eles não nos informaram nem nos consultaram!” Eufemia Landa Sanchez, do município de Marqués de Comillas, uma região profundamente desmatada nos limites da Reserva de Montes Azules, tomou a palavra e leu uma longa mensagem ao plenário.

“Já faz algum tempo que as empresas transnacionais têm planos para as áreas rurais de Chiapas”, disse Sanchez. “A riqueza natural da biodiversidade e da água, das minas, dos biocombustíveis e, claro, do petróleo, levou ao desalojamento de pessoas, ao envenenamento da terra, e transformou o camponês em um serviçal em sua própria terra. E, em todos os casos, eles nos culpam e nos criminalizam. Atualmente, nosso suposto crime é sermos responsáveis pelo aquecimento global”.

“Com o REDD+, empresários e seus lacaios do governo têm mais um negócio – o comércio de carbono em sua forma mais poluente – e os camponeses têm uma coisa a mais a temer:

que as selvas e florestas de Chiapas sejam usadas para absorver seu CO2.”

“Por que não nos consultam?”, continuou. “Por que os ricos querem impor sua vontade pela força? As selvas são sagradas e existem para servir ao povo, como Deus as deu a nós. Nós não vamos aos seus países lhes dizer o que fazer com suas vidas e suas terras. Pedimos que respeitem as nossas vidas e nossas terras. Voltem para o lugar de onde vieram, mercados da vida!” [leia abaixo a declaração completa]

O discurso, e um protesto simultâneo na rua em frente, deixaram uma forte impressão entre os delegados da GCF. Iwan Wibisono, da Força-tarefa Nacional para o REDD+ da Indonésia, comentou: “Eu acho que a demonstração aí fora não é exclusiva de Chiapas, e nós também a enfrentamos na Indonésia e em outros países. E podemos entendê-la, porque essas preocupações são muito graves”.

Um mês após a reunião da GCF em Chiapas, a Amigos da Terra Estados Unidos trabalhou em conjunto com a Rede Ambiental Indígena (Indigenous Environmental Network, IEN) e grupos aliados de Chiapas, Acre (Brasil) e Equador, para levar essas preocupações aos legisladores e ao público em geral na Califórnia.

A delegação, que incluía o diretor da IEN Tom Goldtooth, José Carmelio Alberto Nunes (Ninawa), presidente da Federação HuniKui do Acre, Brasil, Berenice Sanchez, da Aliança Global dos Povos Indígenas e Comunidades Locais contra o REDD e pela Vida, e Gloria Ushigua, da Associação de Mulheres Saporas (Equador), bem como representantes dos grupos californianos Asia Pacific Environmental Network, Center on Race, Poverty and the Environment e California Environmental Justice Alliance, e os aliados do Greenpeace Internacional, levaram suas preocupações à capital da Califórnia, falando com a California Air Resources Board (órgão encarregado de implementar a legislação de redução de emissões no estado), a California Environmental Protection Agency e o gabinete do governador do estado (ver nota à imprensa da Amigos da Terra, <http://www.foe.org/news/news-releases/2012-10-californias-global-warming-trading-scheme-could-endanger>).

Juntamente com as preocupações sobre a falta de integridade ecológica do programa de REDD projetado para a Califórnia, os ativistas também levantaram sérias preocupações com a segurança dos delegados, já que projetos do tipo REDD já resultaram em mortes, despejos violentos, relocação forçada, prisão e proibições de acesso e uso de terras essenciais para a sobrevivência dos povos indígenas e comunidades dependentes da floresta (ver nota à imprensa da Amigos da Terra, <http://www.foe.org/news/news-releases/2012-10-indigenous-leaders-rejecting-california-redd-hold-go>).

O REDD Offsets Working Group, organismo semigovernamental encarregado de desenvolver protocolos de REDD, deverá divulgar o seu relatório detalhado a qualquer momento; em 2013, a California Air Resources Board vai votar se deve ou não promover créditos de REDD como parte das reduções de emissões obrigatórias do seu estado.

Jeff Conant, Amigos da Terra/US, e-mail jeff.otherworlds@gmail.com

A mensagem completa de Eufemia Landa Sanchez:

Saudações a todos e a todas. Somos representantes das diversas comunidades,

regiões e municípios indígenas e camponeses do estado de Chiapas e entramos nesta Cúpula para tomar a palavra em nossas próprias mãos, porque o governo não quis nos dar.

Pela Selva Lacandona, estão presentes comissões das comunidades da zona de Amador Hernández, que está bem no coração da Reserva da Biosfera de Montes Azules, e grupos comunitários dos municípios de Las Margaritas e de Marqués de Comillas. Pela região de Altos de Chiapas, também estão presentes grupos comunitários dos municípios de San Juan Cancuc, Oxchuc e Chenalho.

Vimos até aqui hoje, diante de vocês, para denunciar os programas e projetos que visam nos despojar de nossos territórios e recursos que, já há algum tempo, os maus governos tentam implementar contra nós, agora com novo pretexto: a mudança climática e seu projeto, a que chamam de REDD+.

Os planos de empresas transnacionais para as zonas rurais de Chiapas já existem há algum tempo. Os recursos naturais de biodiversidade e água, minérios, biocombustíveis e, há mais tempo, petróleo, desalojaram as pessoas, intoxicaram a terra ou converteram o camponês em um serviçal em sua própria terra, sempre apontando um delito nosso como causa. O delito de agora é que somos responsáveis pelo aquecimento global.

Assim, é preciso deixar de produzir alimentos e é melhor comprar farinha de milho com o dinheiro que nos pagaram pela conservação das florestas e selvas, ou com a chamada reconversão produtiva, que consiste em retirar as lavouras para plantar árvores frutíferas onde as aves e outros animais, eles sim, possam comer em abundância, para que também cresça a biodiversidade – de onde vão sair suas patentes de medicamentos e alimentos que os governos chamam por um nome estranho a nós: biogenética.

Com o REDD+, os ricos empresários e os governos que os servem obtêm um negocinho a mais – o negócio do carbono na forma de fumaça poluente – e o camponês, um medo a mais – o de que as selvas e florestas de Chiapas paguem o preço e a ameaça de que, se não conservarmos as montanhas, não apenas seremos responsáveis pela produção desse carbono que causa o aquecimento do planeta, mas, também, dizem os maus governos para nos assustar, pela impossibilidade de reduzi-lo.

Não estamos de acordo com esse REDD+ e não é verdade que, ao reflorestar o que agora são nossos campos de cultivo, a poluição mundial do carbono vá diminuir. Não faz parte da nossa cultura dar preço à terra, nem a suas montanhas nem a seus rios, nem ao que a mãe natureza, pela generosidade de deus, entregou às pessoas. E menos ainda quando o pagamento vem para nos tornar cúmplices do pagador, para que ele, sim, possa seguir poluindo e acabando com o mundo.

Em Montes Azules, não vamos permitir a aprovação da “brecha Lacandona”, a medida agrária que, pela força, os Caribes tentam passar por nossas terras, para que os grandes empresários, agora sob a cobertura do programa de REDD+ e o pretexto da mudança climática, obtenham sua segurança jurídica para entrar e aproveitar os recursos naturais que são de todos os mexicanos, e que nós, os

povos indígenas, conhecemos e utilizamos. Não nos opomos à proximidade com os Caribes , a quem o governo entregou, faz quarenta anos, uma terra que não pediram nem conhecem, mas o que não queremos é que essa terra, a mais biodiversa e com as maiores reservas de água do México, seja entregue ao controle de estrangeiros poderosos, sob pretexto do aproveitamento sustentável da biodiversidade e, agora, da mitigação da mudança climática.

Com estas palavrinhas, também queremos reivindicar que não nos usem, governadores mentirosos de governos neoliberais. Em sua convocatória para este evento, querendo dar a entender que até os mais rebeldes já estão de acordo com seu projeto, puseram uma fotografia de camponeses zapatistas protestando na gleba comunal de Amador Hernández, tirada em 1999. Aqui estamos, governos mentirosos; não nos rendemos, nem nos esquecemos do lado em que caminha a vida honrada dos pobres. Por que não colocam os Caribes como imagem de seu evento, se eles são os únicos que aceitaram e que sempre aceitam vender uma terra que não era deles? Ou será que os patrões de vocês já não acreditam que eles são os moradores únicos e originais da Selva?

Em Marqués de Comillas, derrubam nossas selvas, as selvas originárias, para meter seus dendezeiros os quais chamam de florestas, como chamou ontem o governador de Chiapas, Juan Sabines. E quando já nos cansamos, pelo preço baixo ou porque refletimos sobre o que fizemos, e cortamos esse dendê, nos levam à prisão porque nos dizem que o compromisso também era mitigar a mudança climática, embora nunca tenham dito isso aos companheiros que o semearam.

Em San Juan Cancuc, dizem que, com o objetivo de mudar para energias limpas, querem impor com subornos uma represa, e mesmo que [o Comissariado de] Bens Comuns lhes tenha entregado um documento pedindo que se retirem, vocês continuam levando materiais e sobrevoando com helicóptero o cânion onde querem passá-la.

Em Las Margaritas, como não podem enfrentar as assembleias comunais, também querem meter seus projetos de divisão da terra comunitária com seus programas de certificação agrária, o FANAR, ou Procede, como o chamavam antes, para negociar com cada pessoa sem necessidade de pedir a opinião de todas.

Por que não nos consultam? Por que as forças querem impor suas vontades de ricos? As selvas são sagradas e estão aí para servir aos povos, para servir generosamente, pois foi assim que deus as entregou a nós; nós não vamos aos seus países dizer o que fazer com suas vidas e suas terras; respeitem as nossas, voltem por onde vieram, mercadores da vida.

San Cristóbal das Casas, Chiapas, México, 26 de setembro de 2012

- REDD e Povos Indígenas na Costa Rica

A Costa Rica, atualmente, é reconhecida em nível mundial pelo esforço que realiza na conservação das florestas. Esse “êxito” é atribuído principalmente ao programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), predecessor do mecanismo de REDD na Costa Rica.

O PSA é um sistema de incentivos financeiros a cargo do Fundo Nacional para o Financiamento Florestal (FONAFIFO), um órgão do Ministério de Ambiente e Energia. Está orientado a proprietários(as) e detentores(as) da posse de florestas e plantações de árvores, a quem se paga pelas funções que cumprem suas florestas ou plantações, às quais se denomina “serviços ambientais”, entre os quais se reconhecem: mitigação de emissões de gases do efeito estufa; proteção da água para uso urbano, rural ou hidrelétrico; proteção da biodiversidade para sua conservação e uso sustentável, científico e farmacêutico, de investigação e melhoramento genético; proteção de ecossistemas e formas de vida e da beleza paisagística natural para fins turísticos e científicos.

Entretanto, o sistema apresenta graves debilidades ao se concentrar apenas nos chamados serviços ambientais, deixando de lado valores culturais, espirituais e sociais da floresta e da biodiversidade, bem como os respectivos impactos dessas omissões sobre comunidades locais e povos indígenas. Tampouco questiona as causas da degradação ambiental nem o consumismo depredador. Como concede apenas um pagamento por um período de tempo determinado, não oferece uma solução a aspectos como a redução da pobreza.

Além disso, este mecanismo não impediu que as florestas fossem ameaçadas por atividades como o turismo em grande escala ou o monocultivo de abacaxi e dendê. Mais do que isso, possibilitou que grandes empresas produzam madeira sob um conceito mercantilista, concentrando incentivos – como o PSA – para o estabelecimento de plantações monocultoras e abrindo a exploração de madeira da floresta e de outros agroecossistemas segundo critérios estreitos de rentabilidade e mercado.

No caso específico dos territórios indígenas, o PSA negocia os contratos com as Associações de Desenvolvimento Integral (ADI) inscritas no Conselho Nacional Indígena (CONAI), que é uma instituição de caráter oficial encarregada da gestão tanto dos assuntos indígenas quanto de sua relação com as instituições públicas. O governo mostra a distribuição de pouco mais de nove milhões de dólares entre todos os territórios indígenas do país como uma conquista do PSA. Apesar de haver casos exitosos, nos quais esses recursos foram usados de forma planejada e/ou distribuídos de maneira equitativa, em muitos territórios, essas verbas geraram tensões, pois alguns grupos se apropriaram desses fundos e os administraram de maneira subjetiva, favorecendo as famílias mais próximas ao seu entorno. Em territórios da etnia ngöbe, por exemplo, foram distribuídos vários milhões de dólares de PSA durante os últimos cinco anos. Mesmo assim, até o momento, não se conhece qualquer caso onde o uso desses fundos tenha servido para consolidar seus territórios, já que grande quantidade de terras ainda está em mãos de pessoas não indígenas. Isto é de fundamental importância, pois há territórios ngöbe onde mais de 60% da terra estão em mãos de pecuaristas não indígenas, que provocam desmatamento.

Como se mencionou anteriormente, o PSA é um antecedente do REDD no país. Segundo a estratégia que o governo da Costa Rica está implementando e que se publicou em finais de

2010, um dos principais atores desse processo são os territórios indígenas, principalmente porque ali se conserva uma parte importante das florestas do país. Com a implementação do REDD, o governo pretende consolidar ao menos 600 mil hectares que estão sob o atual sistema de PSA e agregar outros 750 mil hectares, além de recuperar a cobertura florestal em 12% do território nacional que se encontra em usos distintos de sua vocação florestal. Também se propõe a manter o Sistema Nacional de Áreas Protegidas.

Quaisquer políticas e mecanismos relacionados aos povos indígenas no país devem passar por um processo de consulta, com o objetivo de favorecer sua autonomia. Foi assim que a FONAFIFO contactou um grupo de indígenas de diversos territórios para que participem do processo oficial. O grupo inclui a Rede Indígena Bribri e Cabecar (RIBCA), formada por representantes de oito territórios indígenas da zona Atlântica da Costa Rica. Este grupo participou da elaboração de um plano nacional de consulta sobre o tema do REDD+ entre os Povos Indígenas, com apoio econômico da GIZ (Agência de Cooperação Alemã). O Plano de Consulta, segundo a RIBCA, foi elaborado com representantes dos quatro blocos regionais onde se agrupam os 24 territórios indígenas da Costa Rica. Em uma reunião no último mês de janeiro, a proposta do plano foi apresentada a representantes indígenas, que aprovaram seu marco geral. Nesse plano, é estabelecido, entre outras coisas, o sistema organizativo e de interlocução sobre o REDD+ com os Povos Indígenas, o qual é de conhecimento da FONAFIFO e da GIZ, mas não das comunidades.

Assim, no último mês de setembro, representantes de Associações de Desenvolvimento Indígena (ADIs) e organizações indígenas comunitárias, regionais e nacionais, deram a conhecer à Coordenadora deste tema na FONAFIFO, assim como a funcionários do Banco Mundial encarregados do tema, uma série de anormalidades e danos potenciais que a iniciativa de REDD+ acarretaria aos Povos Indígenas.

Segundo o Boletim da Mesa Nacional Indígena da Costa Rica, nessa reunião se propôs que, antes de implementar uma estratégia de REDD no país, é necessário superar alguns temas como: 1) a aprovação do Projeto de Lei 14.352, de Desenvolvimento Autônomo dos Povos Indígenas; 2) a segurança territorial: recuperação da terra, território e recursos naturais e da biodiversidade; 3) um plano consensual nacional de desenvolvimento para os Povos Indígenas; e 4) políticas públicas e programas específicos consensuais para os Povos Indígenas. Também se enfatizou que já existem mecanismos para a realização da consulta de REDD+, que foram reconhecidos, aceitos e aplicados pelo próprio Estado, e são os que se aplicaram na elaboração do Projeto de Lei de Desenvolvimento Autônomo dos Povos Indígenas. Portanto, enfatizaram que uma iniciativa como o REDD+ não pode ser decidida exclusivamente por um grupo das chamadas ADIs.

Da mesma forma, afirma-se que o governo tenta impor sua agenda política mesmo que os indígenas tenham a sua própria e que o Estado costarricense nunca tenha se preocupado com a recuperação de terras indígenas, apesar de haver uma Lei Indígena desde 1977. Segundo Pablo Nájera, indígena de Terraba, “no REDD+, simplesmente tratam de utilizar mal os indígenas, para avaliar o processo. Os indígenas nas comunidades não sabem nada sobre REDD+. Qual foi a grande participação indígena na definição da estratégia? Que processos se devem iniciar e por que agora? O REDD+ vai fazer parte da política indígena? A quem se venderá? Quem financia? Por quê?” Igualmente, Antonio Nájera, do mesmo território, denuncia que sua família conserva há 30 anos uma propriedade que se dedica a fins educativos e à investigação científica, nunca recebeu apoio da FONAFIFO, e só agora

ficou sabendo o que querem fazer com o REDD+, o que indica que não foi dada a mais mínima informação prévia às comunidades.

Embora seja verdade que na Costa Rica ainda não existe um acordo sobre REDD, o povo bribri – situado no Atlântico sul – sofre seus impactos. Membros da comunidade de Alto Durigna, dentro do território bribri, denunciaram a implementação do REDD em seus territórios. Esta comunidade indígena está alarmada com a intenção da FONAFIFO de aplicar esse mecanismo em cerca de mil hectares de florestas dentro de seu território, que, além disso, circunda os locais considerados sagrados pela cultura bribri. FilidencioCubillo, indígena bribri, manifestou:

“As florestas destas partes, não são apenas simples florestas; elas são locais sagrados para o nosso povo. Um deles, Surayo, é a origem da criação, da semente. Eles foram designados pelo próprio Sibú para dar vida à sua semente. O mesmo acontece com o cerro Namasol. É por esta razão que o mundo de fora não entende nossa maneira de ver, de sentir e de expressar a nossa espiritualidade. O mundo de fora vê tudo apenas pelo dinheiro, tudo é mercadoria para eles. Assim, expressamos nosso rechaço a este projeto que pretende conservar, entre aspas, parte dessas florestas. Dizem que são mil hectares, mas não sabemos quanto será. Defenderemos estas florestas. É a própria comunidade que se manifesta, e não gente de fora que vem nos fazer esquentar a cabeça”.

Se realmente se quisessem ajudar as comunidades locais e os povos indígenas, a solução deveria ser a promulgação de políticas públicas integrais que favoreçam o controle comunitário do território e os bens da Natureza, fortalecendo iniciativas já existentes, como a governança comunitária da floresta e a biodiversidade, garantindo as condições necessárias para um exercício real de seus direitos históricos e coletivos, como a autonomia e o controle de suas terras e dos territórios sob sua cosmovisão.

Mariana Porras Rozas, COECOceiba-AT, Costa Rica, mariana@coecoceiba.org

[Início](#)

- Território disputado: novo vídeo sobre economia verde versus economias das comunidades no sul do Brasil

No estado do Paraná, Brasil, ainda sobrevive uma vasta área de Mata Atlântica, que cobria toda a costa do país há 500 anos e hoje em dia está seriamente ameaçada de extinção. Comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas guaranis habitam a área, e seus modos de vida estão intimamente ligados à Mata Atlântica.

Há cinquenta anos, os fazendeiros começaram a se mudar para a área, limpando a floresta e assumindo o controle da terra para criar búfalos.

Na década de 90, chegaram projetos que fazem parte da chamada Economia Verde: a Fundação Boticário, gerida pela grande empresa brasileira de cosméticos Grupo Boticário, comprou uma área de floresta para criar a “Reserva Natural Salto Morato”, que se estende por mais de 2.000 hectares.

Então veio a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS),

juntamente com a The Nature Conservancy, uma grande ONG com sede nos Estados Unidos. A SPVS comprou mais de 18 mil hectares de floresta e os transformou em reservas naturais para fins de armazenamento de carbono. A entidade recebeu 18 milhões de dólares em financiamento de três corporações norte-americanas: Chevron, General Motors e American Electric Power. São empresas que poluem o ambiente e afirmam que, por meio do armazenamento de carbono na floresta, estão compensando a poluição que causam.

Estes projetos tiveram um grande impacto sobre a vida das comunidades tradicionais, a maioria das quais não tem título de propriedade da terra que ocupa nem das florestas que usa. Hoje, elas já não têm liberdade de trabalhar a terra como antigamente, não podem mais plantar, não podem mais criar animais.

Trinta ou quarenta anos atrás, a população de Guaraqueçaba era o dobro ou mais do que é atualmente, porque todos tinham trabalho, havia muitas famílias capazes de trabalhar livremente e se alimentar. Mas agora, quando tudo se tornou proibido, a maioria das pessoas foi para a cidade grande, para longe.

Isto é o que a população local disse à equipe do WRM que foi, este ano, visitar as comunidades caiçaras, quilombolas e guaranis, para obter suas próprias respostas à pergunta: O que eles pensam sobre esse tipo de projeto de Economia Verde? O que acontece quando as comunidades organizam e recuperam o controle de sua terra? Foi o que aconteceu no caso da comunidade de Rio Pequeno que, com a ajuda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocupou uma área que um fazendeiro estava planejando vender à SPVS. As famílias se organizaram, estabeleceram um acampamento e começaram a construir um novo amanhã para os seus filhos.

Seus depoimentos fazem parte de um documentário que mostra que povos como os caiçaras, os quilombolas e os guaranis têm sido os verdadeiros protetores da floresta. Como eles dizem: "Não foram os supostos ecologistas que preservaram. Não, fomos nós, nós cuidamos no passado e ainda cuidamos hoje. Nunca destruimos nada, nunca prejudicamos o meio ambiente. Pelo contrário, nós sempre vivemos aqui, e toda a beleza daqui foi preservada por nós, e não por ninguém de fora".

O vídeo "Território em disputa. A economia verde versus a economia das comunidades. Uma história dos povos da mata atlântica no sul do Brasil" pode ser visto em português em http://wrm.org.uy/Videos_Esp/Territorio_em_Disputa_intro.html

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Brasil : povos indígenas Mundukuru cancelam acordo sobre projeto de REDD

A comunidade indígena Mundukuru, do estado do Pará, na Amazônia brasileira, decidiu cancelar um contrato que teria permitido à empresa irlandesa "Celestial Green Ventures" vender créditos de carbono de florestas localizadas no território da comunidade. O acordo foi assinado no início deste ano, dando à empresa irlandesa o direito sobre o carbono das florestas situadas dentro do território indígena.

"Vamos cancelar o negócio. Muitos membros da tribo não queriam [o negócio], então, para

evitar problemas, decidimos interromper”, disse Cândido Waru, líder de uma associação local do povo Munduruku.

Este acordo estava sendo investigado pelo Ministério Público Federal no Brasil, que estima que cerca de 30 acordos deste tipo de já foram assinados no país. <http://www.pointcarbon.com/news/1.2049556>

Início

- Via Campesina: Agroecologia é a pedra angular da soberania alimentar

A Via Campesina Internacional se reuniu em Surin, Tailândia, para o Primeiro Encontro Global sobre Agroecologia e Sementes, com o objetivo de compartilhar experiências e construir uma estratégia e uma visão sobre esses dois temas.

Na Tailândia, há uma mudança crescente, por parte de pequenos agricultores, visando passar do modelo baseado na revolução verde da agricultura industrial à agroecologia, que a Via Campesina considera a pedra angular da soberania alimentar.

“Não podemos conquistar a soberania alimentar se a agricultura depender de insumos controlados por corporações, se o impacto da tecnologia destruir a Mãe Terra, se não questionarmos a mercantilização e a especulação dos alimentos e da terra, e se não gerarmos melhores condições de vida para aqueles que proporcionam comida saudável e acessível a nossas comunidades”, diz a Declaração de Surin.

A agroecologia é um instrumento para enfrentar o agronegócio transnacional e o modelo agroexportador predominante – parte essencial da construção da justiça social em um novo sistema social igualitário, não dominado pelo capital.

A Via Campesina define que “a agricultura agroecológica irá alimentar o povo. É hora de produzir.”

A declaração Surin completa pode ser lida em <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/sustainable-peasants-agriculture-mainmenu-42/1334-surin-declaration-first-global-encounter-on-agroecology-and-peasant-seeds>

Início

- Alerta às instituições financeiras: não financiem a destruição florestal causada pela transnacional APP e outros fabricantes de papel e celulose da Indonésia

Vários bancos e outras instituições financeiras em todo o mundo foram alertados, no último dia 6 de novembro, para evitar investimentos em fábricas de papel e celulose associadas ao desmatamento e a abusos dos direitos humanos na Indonésia.

Sessenta organizações não governamentais das áreas ambientais e sociais, incluindo uma dúzia de grupos da sociedade civil da Indonésia, enviaram cartas pedindo garantias de que as instituições financeiras não vão investir no aumento da capacidade de produção de celulose por parte da Asia Pulp and Paper (APP) ou outras empresas associadas ao Grupo

Sinar Mas até que se façam reformas.

Três representantes de ONGs sociais e ambientais indonésias que são signatárias da carta vão se reunir com investidores, governos, ONGs e meios de comunicação em oito países europeus. Eles vão apresentar informações sobre os impactos sociais e ambientais da APP e de outros fabricantes de papel e celulose da Indonésia.

A carta aberta foi publicada na página da European Environmental Paper Network (EEPN):
http://www.environmentalpaper.eu/wp-content/uploads/2012/11/Bank_letter_on_pulp_investment.pdf

[Início](#)

- Brasil: indígenas bloqueiam ferrovia da VALE

O movimento indígena Pindaré Carú, composto pelos povos Guajajara e Awá, bloquearam no último dia 3 de outubro, a ferrovia que pertence à multinacional mineradora VALE, no município de Alto Alegre do Pindaré no estado de Maranhão.

Os indígenas protestaram contra a flexibilização da legislação brasileira sobre seus direitos (medidas como a PEC 215 e a portaria 303/2012 da Advocacia Geral da União). Objetivo é facilitar a apropriação dos territórios indígenas por parte de empresas multinacionais como a VALE para que essas empresas possam lucrar ainda mais com essas riquezas.

A VALE, segunda maior mineradora do mundo e presente em mais de 30 países, recebeu no início do ano “título”, o chamado “public eye award”, de pior empresa do mundo. Mesmo assim, busca-se perfilar, de forma insistente, como uma empresa social- e ambientalmente responsável.

A VALE incentiva agora a monocultura do dendezeiro na Amazonia, causando mais impactos sobre as populações. (veja www.wrm.org.uy/boletim/182/opiniao.html), e integrou em 2011 o grupo de empresas que está construindo a hidrelétrica Belo Monte que destruirá pelo menos 50 mil hectares de floresta amazônica, além de causar inúmeros outros impactos negativos sobre os povos da Amazônia. (<http://www.brasildefato.com.br/node/10827>)

[Início](#)

RECOMENDADOS

- Vídeo: “Exposing REDD. The False Climate Solution.” A fonte noticiosa Mending News se une ao diretor-executivo da IEN (Indigenous Environmental Network), Tom Goldtooth, para obter a verdadeira história do REDD, a enganosa “solução” climática proposta pela ONU. Soa bem no papel “Reduzir Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal nos Países em Desenvolvimento”, mas a realidade é que o REDD reforça a colonização da Mãe Terra e um futuro roubado. (<http://www.youtube.com/watch?v=7OzB-WBuwgk>)

[Início](#)

- **Relatório: “Recognising Sacred Natural Sites and Territories in Kenya: An Analysis of how the Kenyan Constitution, National and International Laws can Support the Recognition of Sacred Natural Sites and their Community Governance Systems”**, de Adam Hussein Adam. Publicado por: Institute for Culture and Ecology (Kenya), African Biodiversity Network e Gaia Foundation

[Início](#)

- **Vídeo: Chamado à ação por parte dos líderes indígenas sarayakus** contra a extração de petróleo na floresta amazônica, no sul do Equador: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=58cC0RppBe0

[Início](#)

- **Novo boletim: Como o REDD e os serviços ambientais ameaçam as vidas de povos da floresta no Acre.** Boletim conjunto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e da federação indígena FEPHAC explica os verdadeiros problemas desses povos da floresta e por que o REDD e os serviços ambientais não são uma solução para esses problemas – pelo contrário, o boletim lista uma série de preocupações com esses mecanismos. Em http://www.wrm.org.uy/subjects/REDD/REDD_Acre.pdf

[Início](#)
